

PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AOS ANÚNCIOS

N.º 001 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-03

Tipologia: Inovação em espaço marítimo

N.º 002 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-04

Tipologia: Qualificação Escolar e profissional Relacionada com Meio Aquático

N.º 003 / 2020 / Mar Açores Oriental - MAR20-S3-2020-05

Tipologia: Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos

N.º 004 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-06 - MAR20-S3-2020-06

Tipologia: Reforço da Competitividade da Pesca

N.º 005 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-07

Tipologia: Reforço da Competitividade do Turismo

N.º 006 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-08

Tipologia: Promoção de produtos locais de qualidade

N.º 007 / 2020 / Mar Açores oriental - MAR20-S3-2020-09

Tipologia: Melhoria dos Circuitos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

Solicita-se a prorrogação do período de apresentação de candidaturas estabelecido inicialmente no anúncio identificado em epígrafe, até ao dia 15 de março, ao abrigo da Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, que estabelece o regime de apoio à aplicação das tipologias previstas no âmbito do PO MAR 2020. Esta pretensão deve-se ao facto, das festividades do Carnaval decorrerem durante a vigência do aviso que inevitavelmente irá dificultar/condicionar a elaboração das candidaturas durante o período em causa.

O Órgão de Administração



João Bagnari Castro



Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 002 / 2020 / Mar Açores oriental

Tipologia: Qualificação Escolar e profissional Relacionada com Meio Aquático

Portaria n.º 61/2017, de 4 de agosto, alterada e republicada pela

Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, no âmbito da Qualificação Escolar e profissional Relacionada com Meio Aquático, é efetuada no período compreendido entre os dias 10 de fevereiro a 8 de março de 2020, até às 17:59:59 horas (GMT Açores).

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável

O presente anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

Objetivos específicos:

- Reforçar as competências piscatórias;
- Melhorar as qualificações escolares e profissionais relacionadas com o mar;
- Capacitar os atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao mar.



3. Tipologia de operações a apoiar:

São suscetíveis de financiamento as operações que visem:

- A qualificação dirige-se a jovens em idade escolar, tendo como objeto atividades ligadas ao meio aquático desde que tenha como formadores, profissionais certificados, não dando, neste caso lugar a qualquer certificação;
- A formação profissional dirige-se a beneficiários que desenvolvam atividades no âmbito da pesca, que visem melhorar a sua capacidade de adaptação à diversificação dos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, dando lugar a certificação.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL Mar Açores Oriental, a saber:

Concelho	Freguesia
Lagoa	Vila Água de Pau Rosário Ribeira Chã Santa Cruz
Nordeste	Achada Achadinha Algarvia Lomba da Fazenda Nordeste Salga Santana Santo António, de Nordestinho São Pedro de Nordestinho
Ponta Delgada	Ajuda da Bretanha Candelária Vila das Capelas Fenais da Luz Feteiras Ginetes Livramento Mosteiros Pilar da Bretanha Relva Remédios Santa Bárbara Santa Clara (Ponta Delgada) Santo António



	São José (Ponta Delgada) São Pedro (Ponta Delgada) São Roque São Sebastião (Ponta Delgada) São Vicente Ferreira
Povoação	Água Retorta Faial da Terra Povoação Ribeira Quente
Ribeira Grande	Calhetas Conceição (Ribeira Grande) Fenais da Ajuda Lomba da Maia Lomba de São Pedro Maia Matriz (Ribeira Grande) Porto Formoso Vila de Rabo de Peixe Ribeira Seca Ribeirinha São Brás
Vila Franca do Campo	Água de Alto Ponta Garça Ribeira das Tainhas Ribeira Seca São Miguel (Vila Franca do Campo) São Pedro (Vila Franca do Campo)
Vila do Porto	Almagreira Santa Bárbara Santo Espírito São Pedro Vila do Porto

Indicador	Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada
Nº intervenções ligadas à formação	Nº intervenções ligadas à formação 47
Nº horas de formação	Nº horas de formação 3550
Nº de formandos abrangidos	Nº de formandos abrangidos 800
Nº centros náuticos ligados ao desporto escolar	Nº centros náuticos ligados ao desporto escolar 6
Nº de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica	Nº de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica 3000



5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, podem beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas nas orientações técnicas específicas emitidas pela Autoridade de Gestão fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

Despesas elegíveis	Despesas não elegíveis
Aquisição de serviços de formação profissional que confirma certificação escolar ou profissional	Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção, com exceção das elencadas como elegíveis
Encargos com formandos (alimentação, transporte e alojamento) em ações de formação certificada, de acordo com os limites impostos pela AG na OTE específica	Aquisição e construção de bens imóveis, incluindo terrenos, bem como automóveis;
Rendas e alugueres de equipamentos ou instalações	Equipamentos em estado de uso;
Aquisição de equipamentos e bens móveis, até ao limite de 5.000,00€ e desde que se comprove a sua sustentabilidade futura para atividades similares	Despesas que visam dar cumprimento a normas europeias, após a data em que as mesmas se tornaram obrigatórias.
Despesas com aquisição, elaboração e reprodução de recursos didáticos, aquisição de livros e documentação, despesas com materiais pedagógicos	
Despesas relativas à divulgação da operação	
Realização de seminários, workshops e outros eventos de natureza informativa	
Outras despesas consideradas indispensáveis à execução da operação / investimento	
Honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, para elaboração e acompanhamento da candidatura	

7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de € 302 625,33 dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).



8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

Apenas se admite uma candidatura por beneficiário durante a vigência temporal do presente anúncio.

9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas e submetidas no **Portal do Mar2020** <https://balcaomar2020.pt/balcao/inicio/auth/login>.

10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação e do tipo de beneficiários, assim temos:

- É dispensada a análise económica e financeira para as operações de investimento elegível nas seguintes condições sendo aplicado a fórmula abaixo:
 - Singulares ou coletivas, do setor público;
 - Empresários individuais sem contabilidade organizada;
 - Sector cooperativo, social, com ou sem fins lucrativos para operações inferiores a 50 000€;
 - Beneficiários privados sem fins lucrativos com operações igual ou superior a 50 000€ é analisada a sustentabilidade da operação.

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

- Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$



São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da AF e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Candidatura com maior pontuação no AE1
- Candidatura com maior pontuação no AT2
- Candidatura com maior pontuação no AE2

Continuando a haver empates após a aplicação dos critérios anteriores caberá ao órgão de administração do GAL Pescas proceder ao desempate, tendo em conta qual o projeto que mais contribui para o alcance das metas e dos objetivos previstos.

11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados tendo em conta:

	Limite máximo de investimento elegível	Limite máximo do apoio concedido
Ações de formação não certificada	€ 50 000,00	€ 42 500,00
Ações de formação certificada	€ 35 000,00	€ 29 750,00

Nos termos do artigo 9º da Portaria n.º 61/2017 de 4 de agosto, alterada e republicada pela Portaria n.º 48/2018, de 3 de maio e da Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Todos os beneficiários	85%
Organismo de direito público ou uma empresa encarregada da gestão de serviços de interesse económico geral	100%
Operação preveja o acesso do público aos seus resultados e satisfaça cumulativamente os seguintes critérios: seja de interesse coletivo; tenha um beneficiário coletivo; tenha características inovadoras, se for caso disso, a nível local.	



12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, um exemplo do formulário de candidatura, a lista de possíveis documentos a apresentar, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da Internet do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, em www.fund-rg.com/amao.html e no sítio da Internet do Mar 2020, em www.mar2020.pt.

A falta de informação no formulário de candidatura poderá ser motivo de recusa do pedido de apoio.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca Mar Açores Oriental, através do endereço amao@fund-rg.com ou pelo telefone 296 491 399.

Rabo de Peixe, 16 de janeiro de 2020

O Órgão de Administração

João Bagnari Castro



Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AT1 Qualidade da operação	70	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos Pontua quando existe coerência entre a candidatura apresentada, os custos operacionais associados ao desenvolvimento das atividades previstas e os objetivos da operação	70	Totalmente Adequado	100	Formulário e Memória descritiva e anexos
				Muito Adequado	75	
				Adequado	50	
				Não Adequado	0	
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos Analisa a qualificação do beneficiário na área do investimento proposto, através da avaliação das habilitações literárias e da experiência profissional	15	Totalmente Adequado	100	
				Muito Adequado	75	
				Adequado	50	
				Não Adequado	0	
		Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação Pontua quando se verifica que são mobilizados os meios técnicos e físicos necessários à adequada realização das atividades previstas	15	Totalmente Adequado	100	
				Muito Adequado	75	
				Adequado	50	
				Não Adequado	0	
AT2 Contributo da operação para os indicadores do PO	30	Criação/Manutenção emprego Pontua quando o investimento permite a criação de postos de trabalho adequados às atividades a desenvolver	100	Totalmente Adequado	100	
				Muito Adequado	75	
				Adequado	50	
				Não Adequado	0	



A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica						
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Valoração (%)	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE 1 Contribuição para os objetivos da EDL	60	Relação do projeto com os objetivos da EDL Pontua conforme a convergência da operação para os objetivos da EDL	100	Prossegue >=2 objetivos	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
				Prossegue = 1 objetivo	50	
				Não prossegue	0	
AE 2 Âmbito territorial	10	Impacto do projeto Pontua conforme seja o impacto do projeto no território	100	Internacional	100	
				Regional	95	
				Ilha	85	
				Concelho	75	
				Local	65	
				Sem impacto	0	
AE 3 Numero de participantes	10	Impacto do projeto Pontua conforme o número previsto de participantes	100	Mais de 80	100	
				Entre 60 e 80 inclusive	80	
				Entre 10 e 60 inclusive	70	
				Menos de 10	20	
AE 4 Horas de formação	10	Horas de Formação Pontua conforme o número de horas de formação / evento	100	Mais de 35h	70	
				Entre 8h e 35h	50	
				Menos de 8h	20	
AE 5 Tipo de formação	10	Tipo de formação Pontua conforme o conteúdo e público-alvo da formação / evento	100	Fileira das pescas	100	
				Marítimo Turísticas	80	
				Jovens em idade escolar	70	

A AF é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

– **Projetos com fins lucrativos >= 50.000 euros:**

VE – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AF1 Valor Atualizado Líquido	40	VAL (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
AF 2 Taxa Interna de Rentabilidade	60	TIR (Taxa Interna de rendibilidade)	TIR >= 1,5	100	
			TIR < 1,5	0	